

LOTERIAS SÃO PAULO

Produto I
Anexo Minuta do Contrato



Projeto liderado pela NGT, com a consultoria de BetConsult, a assessoria jurídica da Feijó Advocacia, Lenzi Advocacia e Pedro Henrique Braz de Vita, e assessoria financeira da Blue Lagoon. A parte técnica e operacional foi elaborada pelas seguintes empresas: NGT, BIG Brazil, Sga.bet e Marjosports.

ANEXO EDITAL VI - MINUTA DO CONTRATO

Preâmbulo

Pelo presente instrumento:

- a) O **ESTADO DE SÃO PAULO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede na [ENDEREÇO], na qualidade de PODER CONCEDENTE, e
- b) A empresa [nome completo], sociedade de propósito específico, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede [endereço completo], representada por [nome e qualificação], portador do RG nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente [endereço completo], neste ato denominada CONCESSIONÁRIA.

PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, doravante denominados em conjunto como PARTES e, individualmente, como PARTE, resolvem celebrar o presente contrato, compreendendo a concessão de serviço público comum para implantação e administração de loteria estadual, em conformidade com o disposto no EDITAL nº ***/2021, com fundamento na Lei Federal nº 8.987/1995, na Lei Federal nº 9.074/1995, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas cláusulas e condições fixadas neste instrumento, a seguir transcritas.

Cláusula 01 – Definições

1.1. Para fins deste CONTRATO e de seus ANEXOS ou de qualquer outro documento que deva ser fornecido no âmbito deste CONTRATO, os termos listados a seguir, quando empregados no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados abaixo:

- a) ADJUDICAÇÃO: ato pelo qual a autoridade competente do PODER CONCEDENTE conferirá ao interessado o objeto da concessão.
- b) ADJUDICATÁRIA: empresa, ou consórcio de empresas, interessada a qual foi adjudicado o objeto da licitação.

- c) ANEXOS: os documentos que integram o presente Edital.
- d) BENS VINCULADOS À CONCESSÃO: bens da CONCESSIONÁRIA necessários à implantação e execução do objeto contratado.
- e) CANAIS DE VENDA: meios por meio do qual a CONCESSIONÁRIA poderá explorar os jogos lotéricos, sendo divididos em Canais de Venda presencial e virtual.
- f) CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: considera-se o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da concessão, cujos efeitos não eram possíveis de se evitar ou impedir.
- g) COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO: comissão instituição pela Portaria nº ***, a qual será responsável por receber, examinar e proferir decisões sobre todos os documentos, além de conduzir o processo de contratação direta.
- h) CONCESSÃO: delegação, sem exclusividade, dos serviços de loteria, outorgando à concessionário o direito de explorar todos os jogos lotéricos previstos em lei e regulamento.
- i) CONCESSIONÁRIA: a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE a ser constituída de acordo com o disposto neste Edital e no respectivo contrato, sob as leis brasileiras e em forma de sociedade anônima, com o fim exclusivo de execução do objeto da Concessão.
- j) CONSORCIADO: sociedade, fundo ou pessoa jurídica, integrante do consórcio.
- k) CONSÓRCIO: associação de sociedades, fundos ou pessoas jurídicas com o objeto de participar da Licitação, que deverá constituir Sociedade de Propósito Específico – SPE no caso de lhe ser adjudicado o objeto da concessão.
- l) CONTRATO: instrumento jurídico a ser firmado entre as PARTES, que regula os termos da CONCESSÃO, conforme o ANEXO VI- Minuta do Contrato.
- m) CONTROLADA: qualquer sociedade, fundo ou pessoa jurídica cujo controle é exercido por outra sociedade, fundo ou pessoa jurídica.
- n) CONTROLADORA: qualquer sociedade, fundo ou pessoa jurídica que exerça controle sobre outra sociedade, fundo ou pessoa jurídica.
- o) CONTROLE: o poder detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum para, isolada ou conjuntamente, (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe asseguram a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra sociedade, fundo ou pessoa jurídica, conforme o caso; e/ou (ii)

- efetivamente dirigir as atividades e orientar o funcionamento de órgãos de outra sociedade, fundo ou pessoa jurídica.
- p) DATA DA ORDEM DE ÍNICIO: da partir da qual a CONCESSIONÁRIA iniciará os serviços do objeto, conforme ordem a ser exarada por escrito pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
 - q) EXPLORAÇÃO COMERCIAL: atividades realizadas pela CONCESSIONÁRIA para explorar qualquer uma das modalidades lotéricas.
 - r) FINANCIADOR: todo e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito que conceda financiamento à CONCESSIONÁRIA para a execução do objeto.
 - s) FINANCIAMENTO: todo e qualquer financiamento, eventualmente concedido à CONCESSIONÁRIA, na forma de dívida para cumprimento das suas obrigações no âmbito do Contrato.
 - t) GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: A garantia do fiel cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, a ser mantida em favor do PODER CONCEDENTE.
 - u) HOMOLOGAÇÃO: ato pelo qual a autoridade competente, após verificar a regularidade dos atos praticados, ratifica a adjudicação do processo de contratação direta.
 - v) IPCA: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
 - w) ÍNDICE DE REAJUSTE: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
 - x) INMETRO: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia é uma autarquia federal brasileira, vinculada ao Ministério da Economia.
 - y) ISO: Organização Internacional de Normalização é uma entidade internacional, não governamental e independente que reúne 165 organizações nacionais de padronização.
 - z) LICITAÇÃO: Processo de Contratação nº ***.
 - aa) LICITANTE: qualquer sociedade, fundo, pessoa jurídica ou CONSÓRCIO participante do processo de credenciamento.
 - bb) LOTERIA DE NÚMEROS: aquela em que são comercializados elementos sorteáveis, cuja premiação é ofertada em espécie e/ou em bens e o sorteio efetuado tomando-se por base resultados de extrações lotéricas oficiais ou

- extrações realizadas por associações civis beneficentes ou desportivas, fiscalizadas pela Administração Pública estadual;
- cc) LOTERIA INSTANTÂNEA: aquela com sorteios instantâneos realizados em elementos sorteáveis individuais próprios, mediante a combinação de números ou símbolos para a distribuição de premiação previamente estabelecida;
- dd) LOTERIA ESTADUAL CONVENCIONAL: aquela com venda de bilhetes sorteáveis previamente numerados, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico), cujo sorteio será efetivado em datas prefixadas, para distribuição aos acertadores de prêmios antecipadamente anunciados; e
- ee) LOTERIA DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos.
- ff) LOTERIA DE PROGNÓSTICO ESPECÍFICO: indicação, pelo apostador, de um conjunto de prognósticos sobre números inteiros e de um clube de futebol, definido como Time do Coração, contidos nos impressos divulgadores, denominados volantes;
- gg) APOSTAS DE QUOTAS FIXAS: sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.
- hh) MODALIDADES LOTÉRICAS: modalidades lotéricas previstas no Decreto ***, a saber: loteria de números, loteria instantânea, loteria estadual convencional, loteria de prognósticos esportivos, loteria de prognóstico específico, apostas de quota fixa.
- ii) OBJETO: concessão comum para implantação, operação e exploração da loteria estadual, sem regime de exclusividade, nos limites do território do Estado de São Paulo.
- jj) OPERADORAS: pessoas jurídicas, inclusive consórcio de empresas, as quais tenham sido delegadas a execução dos serviços de implantação, operação e exploração da loteria estadual no âmbito do Estado de São Paulo.
- kk) ORDEM DE INÍCIO: documento emitido pelo PODER CONCEDENTE que fixa a data para o início da execução dos serviços objeto pela CONCESSIONÁRIA.
- ll) PARTES: o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.
- mm) PARTES RELACIONADAS: as controladoras, controladas ou empresas ligadas à CONCESSIONÁRIA
- nn) PODER CONCEDENTE: o Estado de São Paulo.

- oo) PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI: Procedimento administrativo conduzido pelo Estado de São Paulo, através da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão da Secretaria de Fazenda e Planejamento, para apresentação de estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos, com intuito de formular as diretrizes para participação de interessados no Procedimento de Manifestação de Interesse PMI, visando a estruturação de concessão de serviço público de implantação e operação de loterias e jogos estaduais, no âmbito do Estado de São Paulo, nos termos do Chamamento Público nº 004/2021.
- pp) RECEITAS ACESSÓRIAS E EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS: receitas alternativas, complementares, advindas da exploração comercial de atividades não relacionadas diretamente com o objeto.
- qq) REPASSES PÚBLICOS: valor percentual incidente sobre a arrecadação líquida que deverá ser repassada para o PODER CONCEDENTE, de acordo com o Decreto nº ***.
- rr) SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE: adjudicatária, de acordo com a legislação brasileira, para a execução, sem exclusividade, do Objeto.
- ss) SUSEP: superintendência de Seguros Privados, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 73/1966.
- tt) USUÁRIO: pessoa física que realiza aposta em qualquer modalidade lotérica.
- uu) VALOR DO CONTRATO: valor que corresponde ao somatório dos valores estimados de repasse ao Estado ao longo da Concessão.

Cláusula 02 – Da interpretação do contrato

- 2.1 Para os fins deste contrato, salvo nos casos em que haja expressa disposição em contrário:
- 2.1.1 As definições deste contrato têm os significados atribuídos na Cláusula 01 – Das Definições.
- Todos os prazos estabelecidos neste contrato considerarão dias corridos, salvo quando expressamente indicada a utilização de dias úteis. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e contar-se o último.
- 2.1.2 Salvo disposição em contrário, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE, prorrogando-se para o próximo dia útil nos

casos em que a data de início ou vencimento coincidir em dia em que não há expediente.

2.1.3 As referências ao contrato remetem tanto ao presente documento quanto aos demais documentos que figuram como anexos.

Cláusula 03 – Da legislação aplicável

3.1 A Concessão está sujeita às disposições do presente contrato e de seus anexos, às leis vigentes no Brasil – com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra-, e aos preceitos de direito público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2 A Concessão será regida pela legislação brasileira, especialmente a que segue:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
- c) Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
- d) Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
- e) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
- g) Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944;
- h) Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018;
- i) Lei Estadual nº 17.386, de 14 de julho de 2021;
- j) Demais normas legais, técnicas e instruções normativas pertinentes.

3.3 Neste contrato e em seus anexos, as referências às normas aplicáveis no Brasil abrangem também referências à legislação que as substitua, complemente ou modifique.

Cláusula 04 – Dos anexos

4.1 Integram o presente contrato, para todos os efeitos, os seguintes anexos:

- 4.1.1 O Edital e seus anexos;
- 4.1.2 ANEXO I – Modelos de requerimento de credenciamento;
- 4.1.3 ANEXO II – Modelo de declarações;
- 4.1.4 ANEXO III – Modelo de procuração;
- 4.1.5 ANEXO IV – Modelo de carta de declaração de proponente estrangeira;

- 4.1.6 ANEXO V – Modelo de compromisso de constituição de consórcio;
- 4.1.7 ANEXO VI – Minuta do Contrato;
- 4.1.8 ANEXO Contrato I – Caderno de encargos;
- 4.1.9 ANEXO Contrato II – Matriz de riscos.

Cláusula 05 – Do objeto

- 5.1 O objeto do presente contrato é a concessão comum de serviço público para implantação, administração e exploração de loteria estadual e jogos no âmbito do território do Estado de São Paulo, doravante denominada Loteria São Paulo, no prazo e nas condições estabelecidas no Contrato e nos anexos.
- 5.2 A execução do objeto deverá ser realizada no prazo e nas condições estabelecidas no contrato e nos anexos, especialmente de acordo com o caderno de encargos da CONCESSIONÁRIA.
- 5.3 Sem prejuízo do disposto neste contrato e seus anexos, a execução do objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável.

Cláusula 06 – Do prazo da concessão e da vigência do contrato

- 6.1 A concessão terá prazo de 20 (vinte) anos, tempo necessário para o retorno do investimento realizado e para garantir rentabilidade mínima ao projeto.
- 6.2 O prazo da concessão terá início a partir da ordem de início.
- 6.3 O presente contrato poderá ser prorrogado, nos termos da lei, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou mediante justificativa de interesse público.
- 6.4 É obrigatória a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE/SP no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura para publicidade e eficácia perante terceiros.

Cláusula 07 – Da assunção e do início da prestação dos serviços

- 7.1 A partir da data de assinatura do contrato, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de 90 (noventa) dias para dar início a exploração dos serviços e jogos lotéricos.

Cláusula 08 – Do valor do contrato

- 8.1 O valor do contrato é de R\$ *** (**).
- 8.2 O valor do contrato corresponde ao somatório dos valores estimados de repasses ao Estado, previstos no plano de negócios apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para adjudicação do contrato.

Cláusula 09 – Da remuneração da CONCESSIONÁRIA

- 9.1 A remuneração da CONCESSIONÁRIA corresponde à somatória da arrecadação total decorrente da venda de bilhetes e com o registro de apostas, descontados os valores de pagamentos de prêmios, tributos e de repasses ao Estado.
- 9.2 A CONCESSIONÁRIA fixará livremente o preço dos bilhetes e das apostas, definindo-os em seu plano de negócios, não havendo necessidade de reajustes periódicos ou pré-definidos, cabendo à CONCESSIONÁRIA definir livremente o reajuste de valores.
- 9.3 A CONCESSIONÁRIA poderá livremente auferir receitas marginais mediante a exploração de atividades não relacionadas diretamente com a exploração de loterias, sendo dispensada de autorização prévia do PODER CONCEDENTE para tanto.

Cláusula 10 – Do pagamento de outorga e dos repasses devidos ao Estado

- 10.1 A primeira parcela da outorga no valor de R\$ ***[valor varia de acordo com as modalidades] deverá ser pago como condição para a assinatura do presente contrato, mediante depósito na seguinte conta corrente bancária: ***.
- 10.2 A outorga de R\$ *** [valor varia acordo com as modalidades] será paga anualmente, na data de aniversário da assinatura do contrato, mediante depósito na seguinte conta corrente bancária: ***.
- 10.3 A CONCESSIONÁRIA deverá repassar o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração líquida para o Estado.

- 10.4 A remuneração líquida indicada no item 10.2 corresponde ao resultado da arrecadação total menos os valores de premiação e de impostos, seguindo o modelo de GGR (*Gross Gaming Revenue*).
- 10.5 O repasse dos valores previstos no item 11.2 deverá ser realizado mensalmente, até o dia 15 (quinze) de cada mês, sendo que se o dia 15 for dia não útil, ele será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
- 10.6 O repase deve se referir a mês imediatamente anterior à data do pagamento.
- 10.7 Caberá ao PODER CONCEDENTE a devida destinação dos valores repassados pela CONCESSIONÁRIA.
- 10.8 Caso a CONCESSIONÁRIA atrase o pagamento das parcelas da outorga ou de repasses ao Estado, incorrerá em correção monetária pelo IPCA a partir da data do aniversário do contrato, multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor devido por dia de atraso, limitado a 20% (vinte por cento), acrescidos de juros mensais equivalentes à taxa SELIC até a data do efetivo pagamento, incidente sobre o valor corrigido.
- 10.9 Verificado o não pagamento por mais de 30 (trinta) dias, o PODER CONCEDENTE poderá adotar as providências necessárias para a execução da garantia de execução do contrato, sem prejuízo da ação de outras medidas previstas no contrato.
- 10.10 Caso a inadimplência supere o prazo de 90 (noventa) dias, o PODER CONCEDENTE poderá reconhecer a caducidade do contrato, mediante a instauração de processo administrativo, devendo adotar as medidas cabíveis.

Cláusula 11 – Dos financiamentos, emissão de títulos financeiros e garantias decorrentes de direitos emergentes da concessão

- 11.1 A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento dos serviços, de modo que se cumpram, total e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste contrato.
- 11.2 A CONCESSIONÁRIA poderá emitir obrigações, notas promissórias, títulos de crédito, debêntures de quaisquer espécies, ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades decorrentes da concessão.
- 11.3 A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE acerca dos contratos de financiamentos, operações de crédito, captação de recursos no

mercado, operações de dívida ou similares celebrados e encaminhar cópia dos respectivos instrumentos, tão logo tenham sido assinados.

11.4 A CONCESSIONÁRIA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) contrato(s) de financiamento ou de emissão de títulos financeiros, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste contrato, cujos termos reputar-se-ão de pleno conhecimento do(s) financiador(es).

11.5 A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer os direitos creditórios detidos perante o PODER CONCEDENTE em garantia dos financiamentos, operações de crédito, captação de recursos no mercado, operações de dívida ou similares, mediante cessão, inclusive fiduciária, usufruto ou penhor ou alienação fiduciária de ações, títulos, valores mobiliários e seus respectivos rendimentos, relacionados à SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE, desde que a operação de financiamento esteja diretamente relacionada com este contrato.

Cláusula 12 – Da transferência da concessão ou do controle da sociedade de propósito específico

12.1 A transferência do controle da SPE deve ser aprovada pelo PODER CONCEDENTE, cabendo à CONCESSIONÁRIA apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Explicação da operação societária a ser realizada e da estrutura societária proposta para o momento posterior à transferência do controle;
- b) Justificativa para a realização da mudança de controle;
- c) Indicação e qualificação das pessoas que passarão a figurar como controladora(s) da SPE, apresentando, ainda, a relação dos integrantes da administração da SPE e seus controladores;
- d) Demonstração do quadro societário da SPE após a operação de transferência de controle pleiteada;
- e) Demonstração da habilitação das sociedades que passarão a figurar como controladora(s) da SPE, com apresentação de documentos equivalentes à capacidade técnica, idoneidade financeira, regularidade jurídica e fiscal aos documentos de habilitação;
- f) Compromisso expresso daquelas que passarão a figurar como controladoras da SPE, indicando que cumprirão integralmente todas as obrigações deste

contrato, bem como apoiarão a SPE no que for necessário à plena e integral adimplência das obrigações e ela atribuídas; e

- g) Compromisso de todos os envolvidos de que a operação de transferência do controle ficará suspensa até a obtenção da aprovação nos órgãos competentes, quando necessário.

12.2 A transferência do controle societário não poderá ocorrer antes do 12º (décimo segundo) mês após a assinatura da ordem de início, ressalvada a hipótese de insolvência iminente da CONCESSIONÁRIA, desde que tal insolvência seja devidamente fundamentada.

12.3 No caso de CONSÓRCIO formado exclusivamente para a participação na licitação da presente CONCESSÃO, é vedada a inclusão, substituição, retirada, exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos envelopes de que trata o Edital até o 12ª mês após a assinatura da ordem de serviço.

Cláusula 13 – Das disposições gerais sobre a execução do contrato

13.1 Na exploração da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA terá autonomia na direção dos seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observados os termos deste CONTRATO, dos estudos técnicos, da legislação aplicável, das normas regulamentares e das instruções e determinações do PODER CONCEDENTE.

13.2 A CONCESSIONÁRIA atuará com ampla transparência e prestará informação completa ao PODER CONCEDENTE, fornecendo-lhe todos os meios para aferir o efetivo cumprimento das obrigações assumidas.

13.3 A CONCESSIONÁRIA deverá, ao longo de toda a execução contratual, assegurar a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de qualidade, nos termos da legislação.

13.4 O cumprimento das normas contratuais e regulatórias será avaliada através da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 14 – Do plano de negócios

14.1 O plano de negócios apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para assinatura do contrato pode ser alterado e modificado, de acordo com a

conveniência da CONCESSIONÁRIA e mediante comunicação ao PODER CONCEDENTE.

14.2 A CONCESSIONÁRIA possui ampla liberdade para alterar o plano de negócios ao longo da concessão, alterando as modalidades de jogos que pretende explorar, o cronograma físico-financeiro e todos os demais itens do plano.

14.3 As alterações do plano de negócios e da estimativa de receitas devem ser compatibilizadas com a alteração do valor do contrato as garantias prestadas pela CONCESSIONÁRIA.

14.4 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar os investimentos previstos no plano de negócios, sendo que as alterações relevantes realizadas nos investimentos realizados deve ser comunicada ao PODER CONCEDENTE.

Cláusula 15 – Do plano de jogos

15.1 A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar plano de jogos para o PODER CONCEDENTE, o qual deverá conter, no mínimo:

- a) Definição das modalidades lotéricas que serão exploradas;
- b) Metodologia de sorteio, podendo adotar os resultados da Loteria Federal;
- c) Atendimento da territorialidade, especialmente para jogos virtuais;
- d) Periodicidade dos sorteios;
- e) Tecnologia de impressão segura de bilhetes, quando cabível;
- f) Regras sobre condição de pagamento do prêmio;
- g) Regras sobre pagamento de prêmio e de imposto de renda sobre ele;
- h) Plano de marketing;
- i) Validade do plano de jogo;
- j) Formas de apostar;
- k) Canal de atendimento do apostador;
- l) Programa de jogo responsável adotado pela empresa;
- m) Proibição expressa de comercialização de jogos para menores de idade;
- n) Repartição da receita em prêmios, remuneração do operador e participação do Estado;
- o) Regulamento a ser divulgado ao apostador;
- p) Disponibilização de site contendo informações sobre a exploração dos jogos lotéricos.

- 15.2 A CONCESSIONÁRIA possui ampla liberdade na definição do seu plano de jogo, considerando sua expertise técnica e sua estratégia comercial.
- 15.3 Caberá ao PODER CONCEDENTE homologar o plano de jogos.
- 15.4 O plano de jogos somente não será homologado se houver alguma violação a dispositivo legal ou regulamentar ou se ele estiver em desacordo com as disposições do presente contrato.

Cláusula 16 – Da gestão e da operação das atividades lotéricas

- 16.1 Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA a prestação dos serviços de loteria estadual no âmbito do Estado de São Paulo, devendo observar a legislação pertinente, as disposições deste CONTRATO e as melhores práticas reconhecidas para tais atividades.
- 16.2 A partir da DATA DA ORDEM DE INÍCIO, a CONCESSIONÁRIA explorará as atividades objeto deste contrato até o fim do prazo da CONCESSÃO ou a extinção do presente CONTRATO, o que ocorrer primeiro.
- 16.3 Os serviços relacionados à gestão e operação da concessão estão descritos no ANEXO CONTRATO I – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 18 – Das obrigações gerais das partes

- 18.1 As PARTES se comprometem, reciprocamente, a cooperar e a prestar o auxílio necessário ao bom desenvolvimento das atividades da concessão.

Cláusula 19 – Das obrigações do PODER CONCEDENTE

- 19.1 Emitir ordem de início, nos termos e condições deste contrato.
- 19.2 Publicar ato designando o executor do Contrato, nos termos da lei.
- 19.3 Intermediar possíveis conflitos entre todas as modalidades dos serviços lotéricos.
- 19.4 Fornecer informações para a CONCESSIONÁRIA que lhe estejam disponíveis, para o bom andamento da concessão.
- 19.5 Avaliar e homologar os planos de jogos submetidos pela CONCESSIONÁRIA.
- 20.1 Destinar os recursos recebidos da CONCESSIONÁRIA a título de repasse para as entidades previstas na legislação.

- 20.2 Permitir que a Concessionária utilize a denominação “LOTERIA SÃO PAULO” e afins, durante o prazo da concessão, para a exploração do objeto da Concessão, bem como permitir o desenvolvimento de marcas adicionais visando a comercialização de produtos lotéricos em sentido amplo.
- 20.3 Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando aplicável.
- 20.4 Exigir que o executor do Contrato mantenha sigilo acerca de informações confidenciais da Concessionária às quais venha a ter acesso, assim entendidas como aquelas que não podem ser compartilhadas sem causar prejuízos à Concessionária, desde que tais informações estejam expressamente identificadas e rotuladas desta forma.
- 20.5 Além do cumprimento das disposições expressas do Contrato e nos limites de sua atuação institucional, o Poder Concedente colaborará com as eventuais entidades financiadoras da Concessionária, para contribuir com a viabilidade do financiamento, de forma a possibilitar a execução integral do objeto da Concessão.
- 20.6 Assegurar que a Concessionária terá ampla liberdade para selecionar e contratar os PDVs para a execução da Concessão, assim como para estabelecer, por qualquer meio, a estrutura necessária para o pagamento de prêmios aos Apostadores, observada a legislação aplicável.
- 20.7 Responder às solicitações e questionamentos do particular, sempre em prazo razoável e nunca superior a 60 dias.
- 20.8 Incentivar a promoção da solução amigável e mais célere possível dos conflitos.
- 20.9 Manter sigilo das informações confidenciais do contrato e do particular contratado.
- 20.10 Fiscalizar e controlar a atividade dos operadores de jogos.

Cláusula 20 – Das obrigações da CONCESSIONÁRIA

- 20.11 São obrigações da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da concessão, além das demais previstas no Contrato, no Caderno de Encargos e demais Anexos:
- 20.12 Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 20.13 Indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representar a CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE, indicando as formas para contato.
- 20.14 Explorar os serviços lotéricos, em meio físico e/ou virtual, de acordo com a estratégia da CONCESSIONÁRIA, definindo os canais de distribuição e de venda com total liberdade.
- 20.15 Obter e possuir todas as licenças e autorizações necessárias para explorar o objeto da concessão.
- 20.16 Obter e manter as certificações previstas neste contrato.
- 20.17 Receber, apurar e resolver eventuais queixas e reclamações, devidamente fundamentadas, dos Jogadores e dos Apostadores.
- 20.18 Cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e ainda com as determinações do Poder Concedente editadas a qualquer tempo.
- 20.19 Responder perante o Poder Concedente e terceiros por todos os atos e eventos de sua competência.
- 20.20 Ressarcir o Poder Concedente de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Concessionária, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Concessionária, bem como a danos a Apostadores e órgãos de controle e fiscalização.
- 20.21 Cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados.
- 20.22 Cumprir a legislação pertinente a esta Concessão.
- 20.23 Pagar todos os tributos relacionados à Concessão.
- 20.24 Apresentar ao Poder Concedente as informações, documentos e relatórios indicados neste Contrato.
- 20.25 Observar as práticas de governança corporativa, bem como respeitar a legislação contábil brasileira.
- 20.26 Elaborar e manter programa de integridade, de acordo com a legislação e seguindo os padrões das certificações exigidas neste contrato e no Edital de Contratação Pública, o qual deverá incentivar a denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta (*compliance*).

- 20.27 Responsabilizar-se pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas, visando ao correto desenvolvimento de todas as atividades previstas no objeto deste contrato.
- 20.28 Informar às autoridades quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto da Concessão.
- 20.29 Manter um SAC com estrutura suficiente para suportar as demandas dos Apostadores, nos termos da legislação aplicável à defesa do consumidor.
- 20.30 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais resultante da execução deste Contrato.
- 20.31 Assegurar a privacidade dos dados pessoais dos Apostadores, assim entendidos como todos aqueles dados fornecidos física ou virtualmente à Concessionária para viabilizar a compra de bilhetes de loteria e/ou registro das apostas, tanto nos meios físicos quanto virtuais.
- 20.32 Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste Contrato, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra as ordens econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável.
- 20.33 Tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que seus administradores ou de suas Controladas, seus empregados, mandatários ou representantes, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados, pratiquem os atos descritos na cláusula 20.20.
- (i) Para os fins da obrigação de que trata a cláusula 20.21, são consideradas medidas destinadas a impedir a prática de condutas corruptas, entre outras, a implementação, a manutenção e/ou o aprimoramento de práticas e/ou sistemas de controle interno, incluindo padrões de conduta e políticas visando a garantir o fiel cumprimento da legislação aplicável à Concessionária, incluindo, neste âmbito, o Programa de Integridade.
- 20.34 Informar imediatamente ao Poder Concedente quando for citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade do Poder Concedente, inclusive dos termos e prazos

processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado ao Poder Concedente valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.

20.35 Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento ou situação que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da execução do objeto, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas neste contrato, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, devendo apresentar, no menor prazo possível, relatório detalhado sobre tais fatos, com as medidas tomadas e/ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;

20.36 Comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, impeçam ou venham a impedir a normal execução do OBJETO;

20.37 Apresentar ao PODER CONCEDENTE, no prazo por ele fixado, outras informações adicionais ou complementares que o PODER CONCEDENTE, razoavelmente e sem trazer ônus adicional significativo e injustificado para a CONCESSIONÁRIA, venha a formalmente solicitar, incluindo-se, mas sem se limitar a, quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo, como aqueles referentes às contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes, ao estágio das negociações e as condições dos contratos de FINANCIAMENTO;

20.38 Cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao objeto, bem como aos registros contábeis, dados e informações operacionais, seus e, tanto quanto possível, de suas subcontratadas;

20.39 Atender a convocações formalmente encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, inclusive para participar de reuniões;

20.40 Manter em arquivo todas as informações dos serviços e atividades executados durante a vigência da CONCESSÃO, permitindo ao PODER CONCEDENTE livre acesso a elas a qualquer momento;

- 20.41 Apresentar, mensalmente, ao PODER CONCEDENTE, os comprovantes de recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias (FGTS, INSS e PIS) referentes à concessão e aos empregados envolvidos na execução do objeto;
- 20.42 Apresentar ao PODER CONCEDENTE, sempre que solicitado, a relação nominal dos empregados, vinculados à CONCESSIONÁRIA ou terceiros, que trabalhem nos serviços e obras na área da concessão, indicando nomes, cargos, número das respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- 20.43 Respeitar o direito dos USUÁRIOS, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078/1990), da Lei Federal de Concessões (Lei Federal 8.987/1995), da Lei de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos (Lei Federal 13.460/2017), da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal 12.587/2012), da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018) e demais normas pertinentes.
- 20.44 Apresentar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, em até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercício, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes; e relatório anual de conformidade, contendo a descrição: (i) das atividades realizadas; (ii) dos investimentos e desembolsos realizados; (iii) das obras realizadas; (iv) das atividades de manutenção; e (v) outros dados relevantes;
- 20.45 Publicar suas demonstrações financeiras, nos termos do que prevê a Lei nº 6.404/1976;
- 21.1 Realizar o pagamento pontual e regular da Outorga anual.
- 21.2 No Prazo da Concessão, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas no Contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- 21.2.1 Dar conhecimento imediato ao Poder Concedente de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, apresentando, por escrito e no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da ocorrência, relatório detalhado sobre esse fato, incluindo, se for o caso, pareceres técnicos, com as medidas tomadas para sanar o problema;
 - 21.2.2 Apresentar ao PODER CONCEDENTE, no prazo por ele estabelecido, informações adicionais ou complementares que este venha formalmente a solicitar sobre a Concessão e as atividades da CONCESSIONÁRIA;

- 21.2.3 Inserir, na Aposta Física e/ou no canal de Aposta Virtual, as informações e advertências exigidas neste contrato e no decreto regulamentador da loteria.
- 21.2.4 Apresentar ao PODER CONCEDENTE, trimestralmente, suas Demonstrações financeiras completas correspondentes ao trimestre anterior;
- 21.1.1 Nos termos da legislação aplicável às sociedades anônimas, apresentar ao PODER CONCEDENTE as Demonstrações Financeiras Anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as normas de contabilidade brasileiras, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro do ano anterior:
- i. detalhamento das transações com Partes Relacionadas, exceção feita a eventuais informações restritas/confidenciais, nos termos das normas e regulamentações vigentes, cabendo a CONCESSIONÁRIA comprovar tal restrição/confidencialidade;
 - ii. depreciação e amortização de ativos;
 - iii. provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, previdenciárias, tributárias ou administrativas);
 - iv. relatório da administração;
 - v. relatório dos auditores externos e, se houver, do conselho fiscal;
 - vi. declaração da CONCESSIONÁRIA contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária; e
 - vii. operações com derivativos ou outro instrumento financeiro lastreado em índices ou taxas.
- 21.1.2 Manter cadastro atualizado do quadro de funcionários da CONCESSIONÁRIA;
- 21.1.3 Divulgar em seu sítio eletrônico e, quando aplicável, no canal de Aposta Virtual, as seguintes informações durante todo o Prazo da Concessão:
- i. Preço vigente de cada série;
 - ii. Advertências previstas no Decreto regulamentador da loteria;
 - iii. Comunicado sobre o encerramento da comercialização de determinada série, incluindo, também, informações sobre o número de Apostas Físicas e Apostas Virtuais vendidas, o montante pago aos

Apostadores a título de premiação, bem como o montante repassado ao PODER CONCEDENTE;

iv. Informação clara de que a Aposta somente pode ser realizada por pessoa maior de 18 (dezoito) anos; e

v. Informações gerais sobre a série, observadas as regras previstas no Decreto regulamentador da loteria.

21.1.4 Os relatórios, documentos e informações previstos nesta cláusula deverão integrar banco de dados, em base eletrônica, conforme padrão mínimo determinado pelo Poder Concedente.

21.1.5 Ao PODER CONCEDENTE será assegurado o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido nesta subcláusula

21.1.6 Adicionalmente às informações, documentos e relatórios indicados nesta cláusula, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE, na periodicidade e nos termos por ele estabelecidos em normativo específico, relatório com informações detalhadas sobre (prestação de contas):

(i) a execução do serviço objeto da Concessão;

(ii) o desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros assuntos, a programação e execução financeira.

21.1.7 A não prestação de contas de que trata a presente subcláusula, ou a sua prestação intempestiva, sujeitará a CONCESSIONÁRIA, respeitado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, a pena de não autorização de novas Series, bem assim as demais penalidades previstas no Contrato.

21.1.8 O resultado da análise da prestação de contas será comunicado a CONCESSIONÁRIA por meio de ofício do PODER CONCEDENTE, que poderá exigir, ainda, complementações ou esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta dias).

21.1.9 O processo de prestação de contas será considerado concluído com sua homologação ou arquivamento.

Cláusula 21 – Dos direitos e das obrigações dos usuários

21.2 Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos na legislação, são direitos e obrigações do Jogador/Apostador:

- (i) Adquirir bilhete de loteria e/ou registrar aposta, seja por meio físico, virtual ou qualquer outro meio idôneo e inequívoco, desde que cumpridos os requisitos normativos e contratuais para tanto.
- (ii) Receber a premiação a que fizer jus.
- (iii) Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado.
- (iv) Comunicar às autoridades competentes eventuais atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação do serviço.
- (v) Pagar o Preço dos bilhetes ou do registro de suas apostas, conforme o caso.

Cláusula 22 – Das revisões ordinárias do contrato

22.1 Não há previsão de revisões ordinárias do contrato.

Cláusula 23 – Das revisões extraordinárias do contrato

23.1 Sem prejuízo das demais previsões deste contrato, e das prerrogativas legalmente conferidas ao PODER CONCEDENTE relativamente à imposição de novas obrigações ou de alterações sobre o objeto, o PODER CONCEDENTE ou a CONCESSIONÁRIA poderão solicitar a revisão extraordinária do CONTRATO, sempre com vistas à prestação mais adequada dos serviços do objeto, e desde que houver necessidade comprovada de inclusão e/ou exclusão de encargos neste contrato, resultado de transformações tecnológicas supervenientes ou da necessidade de adequação dos sistemas de mensuração da qualidade dos serviços prestados neste contrato a padrões técnicos reconhecidos nacional ou internacionalmente.

23.2 A solicitação da CONCESSIONÁRIA deverá vir acompanhada das razões que justifiquem a revisão pretendida, com os detalhamentos, levantamentos, estudos ou pareceres técnicos julgados pertinentes.

23.3 Ao avaliar a solicitação encaminhada nos termos da subcláusula anterior, o PODER CONCEDENTE poderá consultar a opinião de outros órgãos e entidades técnicas envolvidos.

23.4 O procedimento de revisão extraordinária será concluído mediante acordo entre as PARTES, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período.

23.5 Não chegando as PARTES a um acordo, observar-se-á o disposto nas Cláusulas 45 - De resolução de disputas desse contrato.

23.6 Do resultado do procedimento de revisão de que trata esta cláusula, poderá ser revisto o equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, em benefício da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 25 deste CONTRATO.

23.7 A revisão extraordinária deste CONTRATO não poderá considerar eventos que tenham sido de conhecimento da PARTE interessada há mais de 01 (um) ano.

Cláusula 24 – Da repartição de riscos

24.1. Sem prejuízo daqueles previstos no ANEXO CONTRATO II – MATRIZ DE RISCOS, são riscos da CONCESSIONÁRIA, cuja ocorrência não ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO em seu favor:

24.1.1. Recursos no mercado e/ou variação do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela Concessionária para realização de investimentos ou custeio das operações objeto da concessão, desde que não decorram de providências cuja responsabilidade seja do PODER CONCEDENTE;

24.1.2. Realização e pagamento das desapropriações após a emissão de DUP (Decreto de Utilidade Pública) pelo PODER CONCEDENTE;

24.1.3. Mudanças de Projeto por solicitação da CONCESSIONÁRIA, excetuando-se a hipótese de ausência de solução diversa;

24.1.4. Atrasos na execução e disponibilização dos serviços em decorrência de eventos naturais, assim como em decorrência de conduta da CONCESSIONÁRIA e ou de concessionárias e prestadores de serviço público, de órgãos estatais fiscalizadores e medidores, assim como de prestadores terceirizados contratados pela CONCESSIONÁRIA;

24.1.5. Danos causados a terceiros ou a usuários do serviço durante a execução dos serviços, em decorrência de conduta da CONCESSIONÁRIA;

24.1.6. Danos ocasionados aos equipamentos utilizados na prestação dos serviços oriundos de vandalismo, até 5% do valor correspondente ao somatório dos custos e despesas anuais;

24.1.7. Acidentes ocorridos com empregados da CONCESSIONÁRIA;

24.1.8. Alteração das especificações dos serviços da CONCESSÃO por solicitação da CONCESSIONÁRIA, excetuando-se a hipótese de ausência de solução diversa;

24.1.9. Erros, falhas ou omissões em estudos e projetos, imputáveis à CONCESSIONÁRIA;

24.1.10. Interrupção da prestação dos serviços em decorrência de falhas ou panes nos Sistemas de operação;

24.1.11. Atraso na obtenção das Licenças Ambientais de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, até 60 (sessenta) dias, salvo em razão de demora decorrente de conduta dos órgãos ambientais responsáveis ou do PODER CONCEDENTE.

24.2. Sem prejuízo daqueles previstos no ANEXO DO CONTRATO II – MATRIZ DE RISCOS, são riscos do PODER CONCEDENTE cuja ocorrência poderá ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA:

24.2.1 Alteração de estudos e projetos por solicitação do PODER CONCEDENTE que acarretem custos adicionais ou exijam NOVOS INVESTIMENTOS na execução das atividades;

24.2.2. Atraso do PODER CONCEDENTE em providências que estejam a ser encargo, e que impactem no exercício das atividades da CONCESSÃO;

24.2.3. Alteração nas especificações dos serviços previstas na CONCESSÃO e seus ANEXOS, por solicitação do PODER CONCEDENTE ou de outra entidade pública;

24.2.4. Atraso na disponibilização, pelo PODER CONCEDENTE, de áreas e bens necessários à execução das atividades da CONCESSÃO;

24.2.5. Omissão em ações de prevenção e combate a atos que exijam o uso do Poder de Polícia para serem cessados, desde que tenham sido informados de imediato, pela CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE;

24.2.6. Criação ou alteração de tributos e/ou encargos legais ou infralegais, inclusive de tributos sobre o lucro e a renda, ou o advento de sua cobrança em função de nova interpretação ou orientação adotada pela Fazenda em âmbito nacional, estadual ou municipal, superveniente à data de depósito do PLANIO DE NEGÓCIOS no âmbito do processo de credenciamento, que acarrete a oneração de custos e despesas da CONCESSIONÁRIA associados às obrigações relativas à CONCESSÃO;

24.2.7. Introdução de novas exigências regulatórias por parte do PODER CONCEDENTE ou da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

24.2.8. Alteração unilateral pelo PODER CONCEDENTE no objeto deste CONTRATO que importe em variação dos custos ou receitas da CONCESSÃO;

24.2.9. Modificação de planos, programas ou qualquer norma regulamentar do PODER CONCEDENTE ou da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA que impacte nos custos da CONCESSÃO;

24.2.10. Modificação normativa ou legislativa surgida após a data de recebimento do PLANIO DE NEGÓCIOS no âmbito do processo de credenciamento, que acarrete a ampliação de custos ou despesas associados às obrigações da CONCESSIONÁRIA relativas à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA;

24.2.11. Passivos ambientais relacionados a bens transferidos à CONCESSIONÁRIA, gerados em decorrência de fato gerador ocorrido anteriormente à data de transferência da posse desses bens à CONCESSIONÁRIA, mesmo que descobertos posteriormente;

24.2.12. Suspensão da execução das atividades da CONCESSÃO por força de solicitação do PODER CONCEDENTE;

24.2.13. Atraso na liberação de licenças, alvarás e quaisquer outras autorizações a serem concedidas por qualquer órgão ou ente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, desde que a demora na emissão dos documentos não derive de atos de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

24.2.14. Manifestações populares que inviabilizem ou retardem a execução das OBRAS e a prestação dos serviços;

24.2.15. Danos à CONCESSIONÁRIA decorrentes da omissão do PODER CONCEDENTE em adotar medidas que exijam o poder de polícia para sua efetivação ou prevenção; e

24.2.16. Danos ocasionados aos equipamentos utilizados na prestação dos serviços, bem como às pessoas envolvidas na sua operação, oriundos de movimentos populares, por ações da polícia ou por conduta de outros concessionários e prestadores de serviços públicos, por ações de órgãos estatais de controle e de inspeção ou exercentes de função pública.

24.3. Sem prejuízo daqueles previstos no ANEXO DO CONTRATO II – MATRIZ DE RISCOS, são riscos compartilhados entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA:

24.3.1. Redução do risco de crédito que acarrete a redução de taxas de financiamento por ocasião de refinanciamentos obtidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução da CONCESSÃO.

24.4. As ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS verificadas durante a vigência deste CONTRATO, que permitirem o aprimoramento da CONCESSÃO, deverão ser incorporadas ao escopo das atividades a serem desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA, não ensejando recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, ressalvados os casos em que demande o emprego de NOVAS TECNOLOGIAS.

Cláusula 25 – Do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e indenização

25.1 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantida a alocação de riscos nele estabelecida, considerar-se-á mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

25.2 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por iniciativa da CONCESSIONÁRIA ocorrerá somente quando ocorrerem a incidência de fatos e e riscos alocados ao PODER CONCEDENTE ou compartilhados com o PODER CONCEDENTE, nos termos da Matriz de Risco prevista nesse contrato (Cláusula 24).

25.3 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser realizada preferencialmente por meio da prorrogação do prazo contratual e da diminuição do valor da outorga anual, admitindo-se outras formas de recomposição do reequilíbrio quando estas não forem possíveis.

25.4

Cláusula 26 – Procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

26.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de uma das seguintes modalidades:

26.1.1. Pagamento único, à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, do valor total dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos;

26.1.2. Redução dos valores devidos a título de outorga anual;

26.1.3. Prorrogação do prazo da CONCESSÃO.

26.1.4. Combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas em lei; e

26.2. Caberá ao PODER CONCEDENTE a escolha, dentre as formas previstas nos itens 26.1.1 a 26.1.4, da forma pela qual será efetuada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da CONCESSÃO.

26.2.1 A forma prevista no item 26.1.3 somente poderá ser implementada consensualmente.

26.2.2. Na escolha da forma destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.

26.4. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá necessariamente considerar em favor do PODER CONCEDENTE:

26.4.1. Os ganhos econômicos efetivos decorrentes de ganhos de produtividade ou redução de custos operacionais, em razão de utilização de

novas técnicas, materiais ou tecnologias, reverterão exclusivamente para a CONCESSIONÁRIA, não caracterizando hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a favor do PODER CONCEDENTE.

26.4.2. Serão compartilhados, de forma igualitária com o PODER CONCEDENTE, os efetivos ganhos econômicos auferidos pela CONCESSIONÁRIA derivados da redução do risco de crédito dos financiamentos constituídos.

26.5. Sempre que a materialização de um risco alocado ao PODER CONCEDENTE causar prejuízos à CONCESSIONÁRIA, essa terá direito à recomposição da equação econômico-financeira, nos termos deste CONTRATO.

26.6. Sempre que a materialização de um risco alocado à CONCESSIONÁRIA causar prejuízos ao PODER CONCEDENTE, esse terá direito à recomposição da equação econômico-financeira, nos termos deste CONTRATO.

26.7. A recomposição do equilíbrio deste CONTRATO poderá ser requerida pela PARTE que se sentir prejudicada a qualquer tempo durante a vigência deste CONTRATO.

26.8. A CONCESSIONÁRIA poderá postular a recomposição da equação econômico-financeira deste CONTRATO por meio de requerimento fundamentado, no qual fique claramente exposta a natureza do evento que acarretou o seu rompimento, assim qualificado pela legislação ou pelo CONTRATO como um evento hábil a ensejar o reequilíbrio contratual a seu favor, identificando a data de sua ocorrência, a provável duração do evento e os decorrentes prejuízos experimentados, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

26.8.1. O requerimento deverá ser acompanhado de “Relatório Técnico” ou “Laudo Pericial”, tendo por finalidade demonstrar o impacto da ocorrência no fluxo de caixa estimado da CONCESSIONÁRIA, tendo como referência o PLANO DE NEGÓCIOS;

26.8.2. O requerimento deverá ser acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, podendo o PODER CONCEDENTE, ainda, solicitar laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes;

26.8.3. O requerimento deverá, também, conter indicação da pretensão da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, informando os impactos, os valores, as alternativas de recomposição e, dentre estas, a alternativa que a CONCESSIONÁRIA entenda a mais adequada dentre as admitidas pela legislação e/ou deste CONTRATO; e

26.8.4. O PODER CONCEDENTE decidirá, motivadamente e no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis uma única vez até igual período, contados da data de recebimento do requerimento, sobre a recomposição da equação econômico-financeira deste CONTRATO, sobre o referido pedido formulado pela concessionária;

26.8.5. Decidido o pedido pelo PODER CONCEDENTE, este implementará a recomposição da equação econômico-financeira um prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, por meio de uma das formas previstas nos itens 26.1.1 a 26.1.4.

26.9. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da PARTE interessada, sendo que, em caso de procedência do pedido, os custos serão repartidos em proporções iguais, com imediato reembolso à PARTE que assim o fizer jus.

26.10. As PARTES poderão optar pela contratação de entidade especializada para a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, bem assim para sua mensuração, repartindo os custos de tal contratação.

26.11. Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão distorcer a alocação de riscos originalmente prevista neste CONTRATO.

Cláusula 27 – Dos seguros e garantias

27.1. Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades contempladas na presente CONCESSÃO, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

27.1.1. Os valores contratados deverão ser definidos pela CONCESSIONÁRIA de acordo com o cronograma de implantação e operação comercial da CONCESSÃO. As franquias serão aquelas praticadas pelo mercado segurador em negócios desta natureza.

27.1.2. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão ser cossegurados nas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA.

27.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e fornecer ao PODER CONCEDENTE, nos termos previstos no seu PLANO DE NEGÓCIOS, Plano de Seguros para a CONCESSÃO, que será desenvolvido a partir de avaliação do Valor em Risco, da Importância Segurada e das condições das coberturas. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA avaliarão as necessidades de revisão quinquenal do Plano de Seguros.

27.3. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a contratação com seguradoras que operem no Brasil das coberturas de seguros estabelecidas nos itens seguintes, e mantê-las em vigor durante todo o prazo da CONCESSÃO:

I – “Seguro de Responsabilidade Civil – Operações”, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;

II – Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano em todos ou em qualquer bem integrante da CONCESSÃO, devendo tal seguro contemplar:

- a) tumultos, vandalismos, atos dolosos;
- b) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- c) equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- d) roubo e furto qualificado (exceto valores);
- e) danos elétricos;

f) vendaval, fumaça;

g) alagamento, inundação;

27.4. Nenhuma atividade poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as Apólices de Seguros exigidas nesta Cláusula se encontram em vigor e observam as condições estabelecidas neste CONTRATO.

27.5. A CONCESSIONÁRIA deve estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos;

27.6. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto neste CONTRATO, exceto naquelas hipóteses em que o sinistro for causado pelo próprio PODER CONCEDENTE.

27.7. Nas Apólices de Seguros deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, as alterações nos Contratos de Seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

27.8. A CONCESSIONÁRIA, com autorização prévia do PODER CONCEDENTE, poderá alterar coberturas ou outras condições das Apólices de Seguros, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência deste CONTRATO.

27.9. Na ocorrência de sinistros ou indenizações que superem os valores de limite de cobertura contratada, conforme exigido neste CONTRATO, por razões não imputáveis à CONCESSIONÁRIA, caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da Cláusula 26 deste CONTRATO.

Cláusula 28 – Da fiscalização do contrato

28.1. O PODER CONCEDENTE exercerá fiscalização sobre os serviços, podendo suspender qualquer atividade em execução que, comprovadamente, esteja sendo realizada em desconformidade com o previsto neste CONTRATO e em seus ANEXOS.

28.1.1. A suspensão de atividades deve ter caráter cautelar, respondendo o PODER CONCEDENTE pelos prejuízos causados à CONCESSIONÁRIA na hipótese de os motivos ensejadores da suspensão se revelarem como inexistentes ou insuficientes ou, ainda, quando a responsabilidade pelos motivos ensejadores da suspensão recair sobre o próprio PODER CONCEDENTE.

28.1.2. A apuração da legitimidade da decisão de suspensão se dará em processo administrativo próprio, no qual serão garantidos todos os direitos inerentes ao devido processo legal, em especial o contraditório e a ampla defesa.

28.2. O PODER CONCEDENTE, diretamente ou por meio de seu(s) Representante(s), poderá realizar, na presença de Representante(s) da CONCESSIONÁRIA, ou solicitar que esta execute às suas expensas, dentro de um programa que será estabelecido de comum acordo pelas PARTES, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações.

28.3. As determinações que o PODER CONCEDENTE vier a fazer, motivadamente, no âmbito de seus poderes de fiscalização, deverão ser aplicadas e vincularão a CONCESSIONÁRIA, após a decisão final em procedimento administrativo específico, com garantia do contraditório e ampla defesa, sem prejuízo do recurso ao processo de solução de divergências, nos termos deste CONTRATO.

Cláusula 29 – Da subcontratação

29.1. Sem prejuízo de suas responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à CONCESSÃO, independentemente de autorização prévia do PODER CONCEDENTE, ficando vedada apenas a subconcessão de parcelas do objeto contratado.

29.1.1. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros envolvidos e o PODER CONCEDENTE.

29.1.2. Se a participação do PODER CONCEDENTE for necessária para a celebração do negócio, será obrigatória a sua expressa anuência no instrumento de contrato com terceiros.

29.1.3. A execução das atividades contratadas pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais da CONCESSÃO.

29.2. A CONCESSIONÁRIA responderá, ainda, pelos prejuízos causados pelas entidades por ela contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas na CONCESSÃO.

29.3. Constituirá especial dever da CONCESSIONÁRIA de prover e exigir, de qualquer entidade com quem venha a contratar, que sejam promovidas as medidas necessárias para salvaguardar a integridade física dos cidadãos afetos à CONCESSÃO, devendo, ainda, cumprir e zelar pelo cumprimento das normas de higiene e segurança em vigor.

Cláusula 30 – Dos atos dependentes de anuência prévia ou comunicação ao PODER CONCEDENTE

30.1 A CONCESSIONÁRIA deverá

30.1.1 Obter todas as licenças, permissões, certificações e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades objeto da concessão, incluindo a homologação do plano de jogos pelo PODER CONCEDENTE;

30.1.2 Adotar todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, certificações, permissões e autorizações necessários ao pleno exercício das atividades objeto da concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes.

30.2 A CONCESSIONÁRIA deverá enviar plano de jogos ao PODER CONCEDENTE para homologação antes do início da operação de qualquer atividade lotérica.

30.3 O PODER CONCEDENTE deverá homologar os planos de jogos no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o protocolo.

30.4 Não havendo cumprimento do prazo previsto no item 30.2, a CONCESSIONÁRIA estará autorizada tacitamente a executar os planos de jogos submetidos à homologação.

30.5 O PODER CONCEDENTE somente poderá deixar de homologar o plano de jogos mediante decisão fundamentada e que aponte a ilegalidade ou descumprimento de norma jurídica ou técnica.

Cláusula 31 – Do Programa de Integridade

31.1 A CONCESSIONÁRIA deverá adotar programa de integridade no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, e deverá mantê-lo durante toda a execução do programa.

31.2 O programa de integridade da CONCESSIONÁRIA deverá atender aos parâmetros estabelecidos na ISO37301.

31.3 O PODER CONCEDENTE poderá solicitar ajustes no programa de integridade da CONCESSIONÁRIA, desde que haja justificativa para tanto.

31.4 A CONCESSIONÁRIA possui prazo de 60 (sessenta) dias para realizar os ajustes solicitados pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 32 – Das certificações

32.1 A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar as seguintes certificações:

- a) Certificação ISO 27.001 relativa à norma do sistema de gestão da segurança de informação (*ISMS – Information Security Management System*).
- b) Certificação ISSO 37.0001 relativa à gestão antissuborno.
- c) Certificação pela norma de controle de segurança emitida pela Associação Mundial de Loterias (*World Lottery Association Security Control Standard – WLA-SCS*).
- d) Certificação de jogo responsável emitido pela Associação Mundial de Loterias (*World Lottery Association Security Control Standard – WLA-SCS*) - nível 2.

32.2 O processo de certificação deve ser iniciado no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da assinatura do contrato e deve ser encerrado no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contado dos requerimentos de certificação.

32.3 O prazo para obtenção das certificações pode ser prorrogado se a CONCESSIONÁRIA demonstrar que está adotando todas as providências

necessárias para obter as certificações, bem como comprovar atender aos requisitos exigidos pelas certificações.

32.4 A CONCESSIONÁRIA deverá manter as certificações ao longo da concessão e deverá atualizá-las quando houver a edição de normativos novos.

Cláusula 33 – Da proteção de dados

33.1 A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a privacidade dos dados pessoais dos usuários, que são todos os dados fornecidos física ou virtualmente à CONCESSIONÁRIA pelos usuários.

33.2 O PODER CONCEDENTE confere consentimento para o tratamento de dados necessários pelo CONTRATADO para o desempenho das atividades descritas no objeto contratual, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), devendo a CONCESSIONÁRIA observar as finalidades das informações compartilhadas pelo PODER CONCEDENTE e respeitar a privacidade dos dados fornecidos pelos usuários.

Cláusula 34 – Das sanções

34.1. No caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações deste CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, estará ela sujeita, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, às seguintes penalidades aplicáveis pelo PODER CONCEDENTE:

34.1.1. Advertência formal, a versar sobre o descumprimento das obrigações assumidas e a determinação da adoção das medidas para a correção;

34.1.2. Multa:

34.1.2.1. 0,1% (zero um por cento) do valor da das receitas projetadas para o mês da infração, por dia de atraso, em caso de atraso na contratação ou renovação da GARANTIA ou SEGUROS;

34.1.2.2. 0,5% (meio ponto percentual) do valor das receitas projetadas para o mês da infração, por dia de suspensão, em caso de suspensão injustificada dos serviços;

38.1.2.3. 1% (um por cento) do valor das receitas projetadas para o mês da infração, em caso de descumprimento dos demais encargos da CONCESSIONÁRIA, percentual aplicado por infração cumulativamente.

38.1.2.4. 10% (dez por cento) do valor dos investimentos não realizados no caso de não cumprimento do CONTRATO por culpa da CONCESSIONÁRIA, que resulte na extinção do CONTRATO.

34.1.3. Suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo definido no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993;

34.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 05 (cinco) anos, conforme artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993; ou

34.1.5. Declaração de caducidade da CONCESSÃO;

34.2. As penalidades de serão aplicadas pelo PODER CONCEDENTE, segundo a gravidade da infração.

34.3. A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO e seus ANEXOS, e o seu cumprimento, não prejudica a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável.

34.4. As multas devem ser aplicadas mediante decisão fundamentada do PODER CONCEDENTE, assegurado à CONCESSIONÁRIA o prévio direito à ampla defesa e ao devido processo legal, nos termos da cláusula 34.5.

34.5. As sanções serão aplicadas por meio de processo administrativo, iniciado a partir de notificação, por escrito, à CONCESSIONÁRIA, com os motivos que ensejaram a indicação das sanções cabíveis, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa, e sem prejuízo da interposição de recurso.

34.6. A notificação a que se refere o item 34.5 acima será enviada pelo correio, com aviso de recebimento ou entregue à CONCESSIONÁRIA mediante recibo.

34.7. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo constante na Cláusula 34.5 acima, sem apresentação de defesa, o PODER CONCEDENTE decidirá acerca da infração, com a aplicação da sanção cabível, dando-se ciência à CONCESSIONÁRIA da decisão.

34.8. O recurso de que trata o item 34.5 será interposto em até 15 (quinze) dias, contados da ciência pela CONCESSIONÁRIA da decisão que lhe aplicou sanção, e será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 15 (quinze) dias ou nesse mesmo prazo encaminhá-lo à autoridade superior.

34.9. O processo devidamente autuado e numerado seguirá as seguintes etapas:

34.9.1. Instauração do processo administrativo pela autoridade competente, e documentos comprobatórios;

34.9.2. Notificação da ocorrência encaminhada à CONCESSIONÁRIA;

34.9.3. Defesa prévia da CONCESSIONÁRIA;

34.9.4. Despacho saneador;

34.9.5. Fase instrutória;

34.9.6. Alegações finais;

34.9.7. Parecer jurídico;

34.9.8. Decisão administrativa;

34.9.9. Recurso;

34.9.10. Manifestação da autoridade que proferiu a decisão;

34.9.11. Parecer jurídico; e

34.9.11. Julgamento do recurso pela autoridade superior.

34.10. A eficácia dos atos decisórios está adstrita à publicação no D.O.E.

34.11. Quando se tratar de infração continuada em relação à qual tenham sido lavrados diversos autos ou representações, serão eles reunidos em um só processo, para imposição de pena.

34.11.1. Considerar-se-ão continuadas as infrações quando se tratar de repetição de faltas ainda não julgadas pelo PODER CONCEDENTE.

34.11.2. A CONCESSIONÁRIA poderá pedir, antes do julgamento definitivo do processo administrativo, o reconhecimento da continuidade delitiva.

34.11.3. Reconhecida a infração continuada, o PODER CONCEDENTE fará a reunião de todos os processos instaurados, formando um único e novo processo administrativo, podendo aproveitar os atos praticados, desde que não haja prejuízo à CONCESSIONÁRIA.

34.11.4. No julgamento de infrações continuadas caberá uma única sanção à CONCESSIONÁRIA, cuja proporção levará em conta a amplitude da continuidade delitiva.

34.12. Na falta de pagamento de qualquer multa no prazo de 15 (quinze) dias a partir da ciência da CONCESSIONÁRIA da decisão final e definitiva que impuser a penalidade, poderá o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA.

34.13. O eventual pagamento de multas administrativas ou da multa prevista para o caso de decretação de caducidade não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas no CONTRATO, bem como da reparação de eventuais perdas e danos causados ao PODER CONCEDENTE em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.

Cláusula 35 – Da intervenção

35.1. Em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações principais decorrentes deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO quando não se justificar a sua caducidade, com o fim de assegurar a adequada prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

35.2. A intervenção far-se-á por Decreto do PODER CONCEDENTE, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

35.3. A intervenção poderá ser determinada nos seguintes casos:

35.3.1. Paralisação injustificada das atividades, assim entendida a interrupção da prestação dos serviços e atividades fora das hipóteses previstas neste CONTRATO ou na legislação;

35.3.2. Se a CONCESSIONÁRIA for condenada em decisão irrecorrível em ação que tenha por objeto sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

35.3.3. Condenação em decisão irrecorrível por infração à ordem econômica, nos termos da legislação própria;

35.3.4. Prática reincidente de infrações definidas como graves, nos termos deste CONTRATO, que coloquem em risco a segurança de pessoas e usuários dos sistemas incorporados na CONCESSÃO ou a própria existência dos serviços; ou

35.3.5. Omissão em prestar contas ao PODER CONCEDENTE ou oferecimento de óbice à atividade fiscalizatória que pressuponham a prática de qualquer das ocorrências previstas acima.

35.4. Verificando-se qualquer situação que possa dar lugar à intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, antes de determinar a intervenção, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ou em prazo maior a ser dimensionado de acordo com a complexidade da prestação a ser executada, sanar as irregularidades indicadas.

35.5. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tenha dado início a providências que demonstrem o efetivo propósito de saná-las, o PODER CONCEDENTE poderá declarar a intervenção.

35.6. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurados a CONCESSIONÁRIA a ampla defesa e o contraditório nos termos da legislação.

35.6.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, será declarada a sua nulidade devendo a prestação dos serviços ser imediatamente restituída à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito à indenização.

35.6.2. O procedimento administrativo a que se refere o item 35.6 acima deverá estar concluído no prazo máximo e improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, incluindo-se a fase recursal, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

35.6.3. Para os atos de alienação e disposição do patrimônio da CONCESSIONÁRIA ou atos de renúncia, o interventor necessitará de prévia autorização escrita do PODER CONCEDENTE.

35.6.4. Dos atos do interventor caberá recurso ao PODER CONCEDENTE.

35.7. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, a prestação dos serviços voltará a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA que responderá somente pelos atos praticados durante sua gestão. A restituição da prestação dos serviços à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA será precedida da prestação de contas do PODER CONCEDENTE.

Cláusula 36 – Da extinção do contrato

36.1. A CONCESSÃO considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer, nas seguintes hipóteses:

36.1.1. Término do prazo deste CONTRATO;

36.1.2. Encampação;

36.1.3. Caducidade;

36.1.4. Rescisão;

36.1.5. Anulação; ou

36.1.6. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

36.2. A extinção do CONTRATO, ressalvada a hipótese do item 36.1.1, somente poderá se operar após a realização de processo administrativo, no qual se respeitem os direitos de contraditório e de ampla defesa.

36.3. Extinta a CONCESSÃO, opera-se a reversão das prerrogativas conferidas à CONCESSIONÁRIA.

36.3.1. Revertidas as prerrogativas conferidas à CONCESSIONÁRIA, haverá a imediata assunção dos serviços pelo PODER CONCEDENTE.

36.4. No caso de extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá:

36.4.1. Assumir a prestação dos serviços, no local e no estado em que se encontrarem; e/ou

36.4.2. Manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, incluindo-se dentre estes os contratos de financiamento para execução de obras ou serviços previamente aprovados e que não comporte período de amortização superior ao prazo restante ao término da CONCESSÃO, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas; e/ou

36.4.3. Reter e executar as garantias contratuais, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA; e

36.4.4. Aplicar as penalidades cabíveis.

36.5. À exceção da extinção da CONCESSÃO decorrente de falta contratual da CONCESSIONÁRIA, todas as demais hipóteses de extinção da CONCESSÃO autorizam a CONCESSIONÁRIA a permanecer prestando o serviço, e percebendo RECEITAS, até que o PODER CONCEDENTE promova o pagamento de indenizações devidas, desde que ela manifeste esse desejo, mediante comunicação formal e inequívoca ao PODER CONCEDENTE.

Cláusula 37 – Do término do prazo contratual

37.1. Encerrado o prazo da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

37.2. A CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos bens da CONCESSÃO em decorrência da extinção em função do advento do termo contratual.

37.3. Até 36 (trinta e seis) meses antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, um “PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL”, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da OPERAÇÃO pelo PODER CONCEDENTE ou por

terceiro autorizado e para calcular a indenização dos bens não amortizados à CONCESSIONÁRIA.

37.4. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o PODER CONCEDENTE para que os serviços objeto da CONCESSÃO continuem a ser prestados, sem que haja interrupção, bem como prevenindo e mitigando qualquer inconveniência ou risco.

Cláusula 38 – Da encampação

38.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, mediante autorização legislativa e prévio pagamento de indenização, encampar a CONCESSÃO, por motivos de interesse público.

38.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de encampação, nos termos do art. 36 da Lei nº 8.987/95, cobrirá:

38.2.1. As parcelas dos investimentos realizados, ainda não amortizados ou depreciados, para o cumprimento deste CONTRATO, devidamente corrigidos até a data do pagamento da indenização, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

38.2.2. A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídas com vistas ao cumprimento deste CONTRATO, mediante, conforme o caso:

38.2.2.1. Prévia assunção, perante as instituições financiadoras, das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, em especial quando a sua receita figurar como garantia do financiamento; ou

38.2.2.2. Prévia indenização à CONCESSIONÁRIA da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financiadoras.

38.2.3. Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e

38.2.4. Demais danos emergentes e, inclusive, lucros cessantes, determinados esses a partir dos valores que seriam auferidos pela CONCESSIONÁRIA até o

término da CONCESSÃO de acordo com avaliação feita pela CONCESSIONÁRIA e submetida ao PODER CONCEDENTE.

38.2.4.1. O PLANO DE NEGÓCIOS vigente servirá como base referencial para a avaliação.

Cláusula 39 – Da caducidade

39.1. O PODER CONCEDENTE poderá decretar a caducidade da CONCESSÃO na hipótese de inexecução total ou parcial deste CONTRATO que afete a prestação dos serviços, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a CONCESSIONÁRIA:

39.1.1. Prestar os serviços objeto deste CONTRATO de forma inadequada ou deficiente;

39.1.2. Descumprir Cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO de forma que sejam afetados relevantemente os serviços a serem prestados no âmbito deste CONTRATO;

39.1.3. Paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior ou por grave desequilíbrio econômico-financeiro ou ainda por efeito do exercício do direito da CONCESSIONÁRIA de suspensão da execução dos serviços, nos termos deste CONTRATO;

39.1.4. Perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais mínimas para manter a adequada prestação dos serviços remanescentes;

39.1.5. Não atender, injustificadamente, a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do serviço;

39.1.6. Não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; ou

39.1.7. For condenada, em sentença transitada em julgado, por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

39.2. O PODER CONCEDENTE não poderá decretar a caducidade da CONCESSÃO com relação ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA resultante dos eventos causados pela ocorrência de caso fortuito ou força maior ou riscos contratuais que não sejam alocados à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

39.3. A decretação de caducidade deverá ser precedida da verificação e comprovação do inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

39.3.1. Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à CONCESSIONÁRIA, sendo-lhe concedido, em cada caso, prazo mínimo de 30 (trinta) dias para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o seu enquadramento aos termos deste CONTRATO, podendo o prazo ser ampliado de acordo com a complexidade da prestação a ser executada.

39.3.2. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será decretada mediante Decreto editado pelo PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, nos termos do item 39.4 abaixo.

39.3.3. Decretada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

39.4. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade será restrita ao valor dos investimentos vinculados à CONCESSÃO e ainda não amortizados, e será paga no prazo de até 03 (três) meses contados da decretação da caducidade.

39.5. Do montante previsto no item 39.4 acima serão descontados:

39.5.1. Os prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE e à sociedade;

39.5.2. As multas contratuais definitivamente aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto nesta Cláusula 39.4; e

39.5.3. Quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

39.6. A decretação de caducidade acarretará, ainda:

39.6.1. A execução das GARANTIAS DE EXECUÇÃO, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e

39.6.2. A retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.

Cláusula 40 – Da rescisão

40.1. A CONCESSIONÁRIA poderá exercer seu direito de rescisão deste CONTRATO em caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, devendo, para tanto, notificar previamente o PODER CONCEDENTE, em vista da ocorrência das seguintes hipóteses:

40.1.1. Expropriação, sequestro ou requisição de uma parte substancial dos ativos ou participação societária da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outro órgão público, sem que aquela tenha incorrido em culpa;

40.1.2. Descumprimento de obrigações por parte do PODER CONCEDENTE que acarretem interrupção na percepção de RECEITAS por parte da CONCESSIONÁRIA, por período superior a 90 (noventa) dias;

40.1.3. Descumprimento de obrigações pelo PODER CONCEDENTE que importe na impossibilidade prática de execução das obrigações principais da CONCESSIONÁRIA; ou

40.1.4. Ausência de recomposição, pelo PODER CONCEDENTE, da equação econômico-financeira deste CONTRATO rompida em desfavor da CONCESSIONÁRIA.

40.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA no caso de rescisão será calculada de acordo com as Cláusulas 38.2 deste CONTRATO.

Cláusula 41 – Da anulação

41.1. Este CONTRATO somente poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.

41.2. A anulação deste CONTRATO não implica anulação das GARANTIAS prestadas em favor do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA.

41.3. Na hipótese de anulação do CONTRATO, se a ilegalidade for imputável apenas ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA será indenizada nos termos do item 40.2 deste CONTRATO.

41.4. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE poderão ser descontados da indenização prevista para o caso de anulação deste CONTRATO.

Cláusula 42 – Da falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA

42.1. Compete a CONCESSIONÁRIA a obrigação de manter as mesmas condições de Habilitação e Qualificação necessárias à execução deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações remanescentes por ela assumidas.

42.2. A CONCESSÃO será extinta nos casos de decretação de falência ou de extinção da própria CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 43 – Do caso fortuito ou da força maior

43.1. Sem prejuízo das hipóteses previstas na matriz de riscos, a ocorrência de um caso fortuito ou força maior terá por efeito exonerar a CONCESSIONÁRIA de qualquer responsabilidade pelo não-cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO.

43.2. O PODER CONCEDENTE fica exonerado de qualquer penalidade ou prejuízo em caso de atraso no cumprimento de suas obrigações previstas nas Cláusulas 18 e 19, em razão da ocorrência de fato enquadrado como caso fortuito ou de força maior.

43.3. Quando tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força, a PARTE deverá comunicar, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados da ocorrência do evento, à outra PARTE, o ocorrido, cabendo às PARTES, conjunta e justificadamente, decidir pela rescisão contratual ou pela continuidade da CONCESSÃO.

43.4. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, caberá ao PODER CONCEDENTE promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, sem prejuízo da adequação do cronograma de execução das obras, se o caso.

43.5. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO em decorrência de eventos de caso fortuito ou força maior, aplicar-se-á, no que couber, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO por advento de encampação.

Cláusula 44 – Do regime de bens da concessão

44.1 Considerando as peculiaridades do objeto desta CONCESSÃO, os bens adquiridos pela CONCESSIONÁRIA em virtude dos investimentos a serem realizados não serão considerados bens reversíveis.

44.2 Após a extinção da concessão, os bens adquiridos pela CONCESSIONÁRIA em virtude dos investimentos a serem realizados deverão ser revertidos ao patrimônio dos seus sócios.

Cláusula 45 – Da solução de controvérsias

45.1 As PARTES deverão envidar os melhores esforços para resolver amigavelmente qualquer divergência ou conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO, utilizando-se do princípio da boa-fé, por meio de negociação direta.

45.2 Na ocorrência de divergências ou conflito de interesse nos termos desta Cláusula, a PARTE interessada notificará por escrito a outra PARTE apresentando todas as suas alegações acerca da divergência ou conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de sugestão para sua solução e/ou elucidação.

- 45.2.1 A PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução ou elucidação proposta.
- 45.2.2 Caso a PARTE notificada concorde com a solução ou elucidação apresentada, as PARTES darão por encerrada a divergência ou conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.
- 45.2.3 Caso não concorde, a PARTE notificada deverá apresentar à outra PARTE, também no prazo de 10 (dez) dias úteis, os motivos pelos quais discorda da solução ou elucidação apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma proposta alternativa para o caso.
- 45.2.4 A adoção dos procedimentos indicados não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da prestação dos serviços e o cumprimento dos cronogramas de obras.
- 45.2.5 Somente se admitirá a paralisação das obras ou dos serviços quando o objeto da divergência ou conflito de interesse implicar riscos à segurança de pessoas e/ou do empreendimento.
- 45.3 Qualquer controvérsia originária do ou relacionada ao presente contrato, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetida obrigatoriamente à Mediação, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC"), de acordo com o seu Roteiro e Regimento de Mediação, a ser coordenada por Mediador participante da Lista de Mediadores do CAM-CCBC, indicado na forma das citadas normas.
- 45.4 A controvérsia não resolvida pela mediação, conforme a cláusula de mediação acima, será definitivamente resolvida por arbitragem, administrada pelo mesmo CAM-CCBC, de acordo com o seu Regulamento e com a Lei Federal nº 9.307/1996.
- 45.5 Serão dirimidas por arbitragem as controvérsias decorrentes ou relacionadas a CONCESSÃO que versem sobre direitos patrimoniais disponíveis, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, no que couber, nos termos deste CONTRATO e seus ANEXOS.
- 45.6 A arbitragem será instaurada e administrada pelo Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá (CAM-CCBC), conforme as regras de seu Regulamento, devendo ser realizada no Brasil, preferencialmente em São

Paulo/SP, em língua portuguesa, e aplicado o direito brasileiro, sendo vedado o juízo por equidade.

45.7 O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável – que permanecem acessíveis aos órgãos de controle.

45.8 Poderá ser escolhida Câmara de Arbitragem diversa da definida na subcláusula acima, mediante comum acordo entre as PARTES.

45.9 Sem prejuízo da propositura da ação de execução específica prevista no artigo 7º da Lei no 9.307/1996, a PARTE que recusar a assinatura do compromisso arbitral, após devidamente intimada, incorrerá também na multa cominatória no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de atraso, até que cumpra efetivamente a obrigação.

45.10 A multa cominatória de que trata a subcláusula anterior ficará sujeita a reajuste anual, com data-base na data da ORDEM DE INÍCIO, pelo IPCA.

45.11 O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros, cabendo a cada PARTE indicar um membro, observado o Regulamento da CAM-CCBC.

45.12 O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos dois árbitros indicados pelas PARTES, devendo ter experiência comprovada na especialidade objeto da controvérsia.

45.13 A presidência do Tribunal Arbitral caberá ao terceiro árbitro.

45.14 Não havendo consenso entre os membros titulares escolhidos por cada PARTE, o terceiro árbitro e seu suplente serão indicados pela CAM-CCBC, observados os requisitos da subcláusula 45.10.

45.15 A PARTE vencida no procedimento de arbitragem arcará com todos os custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.

45.16 Na hipótese de procedência parcial do pleito levado ao Tribunal Arbitral, os custos serão divididos entre as PARTES, se assim entender pertinente o Tribunal Arbitral, na proporção da sucumbência de cada uma.

45.17 Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas ou de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral, ou mesmo durante o procedimento amigável de solução de divergências, as PARTES poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário.

45.18 As decisões do painel de arbitragem serão definitivas para o impasse e vincularão as PARTES.

Cláusula 46 – Da propriedade intelectual

46.1 Os direitos de propriedade intelectual sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos da CONCESSÃO, os direitos sobre marcas relacionadas à CONCESSÃO, bem como projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais necessários para o desempenho das atividades da CONCESSÃO serão transmitidos gratuitamente ao PODER CONCEDENTE ao final da CONCESSÃO.

Cláusula 47 – Da cláusula anticorrupção

47.1 Para a execução deste contrato, nenhuma das PARTES poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

Cláusula 48 – Disposições finais

48.1 A CONCESSIONÁRIA declara que o contrato e os seus anexos constituem a totalidade dos acordos que regulam a concessão.

48.2 O PODER CONCEDENTE poderá propor a celebração de termo aditivo a este CONTRATO com o objetivo de esclarecer ou detalhar as questões de regulação contratual.

48.3 O instrumento de regulação objeto do termo aditivo de que trata a subcláusula anterior servirá exclusivamente como mecanismo de detalhamento das obrigações previstas no CONTRATO, não podendo criar novas obrigações, sob pena de configurar alteração das obrigações contratuais.

48.4 As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:

- a) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- b) por correio registrado, com aviso de recebimento; e
- c) por correio eletrônico, desde que comprovada a recepção.

48.5 Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, os seguintes endereços e endereço eletrônico, respectivamente:

a) PODER CONCEDENTE: [indicar]

b) CONCESSIONÁRIA: [indicar]

48.6 Qualquer das PARTES poderá modificar o seu endereço postal e endereço eletrônico, mediante comunicação à outra PARTE, conforme acima.

48.7 Nos casos omissos, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar orientação do PODER CONCEDENTE.

Cláusula 49 – Do foro

49.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer controvérsia entre as PARTES decorrentes do CONTRATO, bem como para a execução da sentença arbitral e atendimento de questões urgentes.

49.2 E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente CONTRATO, as PARTES o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus efeitos legais e jurídicos.

São Paulo, Estado de São Paulo, [dia], de [mês], de 20XX.